# Ata Reunião Ordinária d 25 de Outubro de 2017



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Juiz de Fora-MG realizada em 25 de Outubro de 2017 (quarta-feira) em primeira chamada às 18 m segunda chamada às 18h45min, em terceira e última chamada às 19h00min na sede do Conselh al de Saúde, sito à Rua Batista de Oliveira, 239 sala 402 - Centro, Juiz Fora. Tendo como pauta os s assuntos: 1) Verificação do Quorum e Abertura da reunião. 2) Discussão e deliberação das atas d 017. 3) Discussão e deliberação das matérias: 3.1) - Mudança da sede do CMS/Ouvidoria, para r com valores menores ou de imóvel próprio do município. Conforme despacho exarado pelo senh ário da Fazenda Fúvio Albertoni, às folhas 45/processo 000589/2002 vol. 10, datado de 14/0 opositor(a): Jorge Ramos - Secretário Executivo/CMS/JF. Expositor(a): Elizabeth Jucá e ometti - Secretária de Saúde/PJF/SS/GAB. Expositor(a): Fúvio Albertoni - Secretário da Fazer .2) - Resolução SES/MG nº 5.816 de 19/07/17 - "Estabelece as Normas Gerais de Adesão, Execu panhamento, Controle e Avaliação da concessão de incentivo da Atenção Primária a Saúde para o Exercício 2º e 3º Quadrimestre de 2017, na Estratégia Saúde da Família e Equipes da Saúde Bucal, visando a elaboração da carteira de serviços da Atenção Primária a Saúde, com efetividade e resultados vinculados a Recursos Humanos, Insumos e Estrutura Física. Repauta. Propositor/Expositor: Thiago Horta - SSAPS/SS/PJF. 3.3) - Extinção do Centro Estadual de Atenção Especializada (CEAE-MULHER e HIPERDIA), e Implantação do Centro de Especialidades Médicas. Repauta. Propositor(a): Jorge Ramos - Secretário Executivo/CMS. Expositor(a): Elizabeth Jucá e Mello Jacometti - Secretária de Saúde/PJF/SS/GAB. Expositor(a): SES/MG - SRS/Juiz de Fora - Oleg Abramov - Superintendente Regional de Saúde. Convidados: *Agência de Cooperação Intermunicipal Pé da Serra - ACISPES. * Fundação Instituto Mineiro de Estudos e Pesquisas em Neurologia/IMEPEN. **Deliberações CMS 25/10/17: 1) Aprovada ata de 27/09/17. 2) Fala ao público "Projeto libras na saúde". Autor Erliandro Felix Silva. Surdo - Aluno UFJF. Garantido pauta para novembro/17. 3) Suprimido ponto 3.1 (mudança da sede do CMS/Ouvidoria) conforme informação do Secretário Executivo Jorge Ramos, o mesmo teve por parte da Deputada Margaria Salomão por intermédio de sua Assessora Doutora Cidinha Lousada, a propositura de um emenda parlamentar da ordem de R$ 100.000,00 para o exercício de 2018. 4) Resolução SES/MG 5.816 de 19/07/17 aprovada em 1ª discussão a carteira de serviços para APS. Retornando à discussão em dezembro/2017, para deliberar em caráter terminativo. Res. 486/17. 5) PMAQ - decreto deverá ser editado até 15/12/17. 6) Centro Estadual de Atenção Especializada - CEAE e implantação do Centro de Espacialidades Multiprofissionais ou Centro de Especialidades Médicas. CIB 2464 15/02/17. CIB 2465 15/02/17. Res. 4971 21/10/15 - SES/MG. Abrir discussão sobre o assunto (SS/CMS/Prestador/SRS). 7) Indicado Bismark para a Comissão do PMS 2018/2021. 8) Indicada Fátima para a Comissão do PMS 2018/2021. 9) Referendada a indicação de Adelina para representar o CMS, junto ao Programa de Capacitação e Reciclagem para serviços de atendimento ao idoso de empresas do comércio de Juiz de Fora (Lei 12771 de 21/03/13) manifestou em 27/09/17 - referendada em 25/10/17. Com a palavra Aparecida de Fátima (Vice-Presidente da Mesa Diretora/CMS):** Boa noite a todos. Havendo quorum regimental vamos dar início a reunião. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Boa noite a todos. Os nossos amigos, Erliandro, Lenir e Wiliam, ele trouxe para nós uma dificuldade que ele teve num determinado momento que ele precisou de se comunicar e não conseguiu se comunicar com uma questão de um determinado profissional, e aí teve também um caso que aconteceu e eu não vou aqui entrar em detalhes, que um amigo precisou fazer uma consulta e num determinado momento o amigo não conseguia se comunicar porque era surdo, e dai a dificuldade de haver essa comunicação entre aquele que não consegue comunicar igual nós estamos fazendo aqui agora só através da linguagem de libras, então ele nos procurou porque ele tem um projeto e eu falei que talvez a maneira da gente iniciar um processo de fazer com que aconteça alguma coisa, até porque existem legislações que assim fazem com que as coisas venham a acontecer, eu falei que nós temos um momento no Conselho que é abertura da palavra ao público e alí vocês vão poder se expressar e passar uma ideia do que a gente gostaria e como as coisas deveriam ser, então eu vou passar para Lenir que vai falar conosco. **Com a palavra Lenir (Sindicato de Saúde):** Boa noite. O Erliandro ele é um usuário do SUS, então ele está tendo muita dificuldade nesse atendimento diferenciado. E o que está acontecendo? Ele também comentou que muitos conhecidos dele quando vai fazer um atendimento estão sendo atendidos de forma errada, estão sendo medicados de forma errada, porque eles não estão conseguindo passar a necessidade real da doença deles ou a necessidade real da utilização do SUS, inclusive onde utilizar os locais adequados para as deficiências dele, então nós procuramos o Jorge, ele tem muita dificuldade, ele gostaria muito de estar fazendo essa inclusão diferenciada, essa intercomunicação entre o ouvinte e entre o surdo aqui, então eu gostaria que ele falasse com vocês a demanda dele, eu não sei se vocês vão entender mais a gente vai fazer a tradução para vocês, nós temos aqui a Gisele também que vai fazer a tradução simultânea. **Com a palavra Gisele (Intérprete):** O que aconteceu dentro do hospital, eu estava junto com um amigo meu que era surdo e a gente foi para o hospital, a gente combinou a consulta no médico porque ele precisava fazer uma cirurgia, e tinha esse processo que ele precisava ser atendido mais ele não tinha atendimento do médico, o remédio que passou

também foi um remédio errado, acabou indicando ado que ele precisava encontrar, e isso acabou dando mais problemas de saúde para esse amigo se amigo dele ele estava com câncer e acabou morrendo porque ele não conseguiu ter um atendi dico necessário para conseguir resolver esse problema, então eu acho que essa questão é muit te esse atendimento para o surdo porque a gente tem o direito a saúde, a gente tem direito a mento, a um aconselhamento para o surdo também, a gente tem esse direito e assim a gente ia resolver muitos problemas de barreiras principalmente a barreira de comunicação que atr ras coisas. Outro amigo meu também ela foi fazer um exame ginecológico e na verdade era um exar ele chamou um amigo dele ouvinte para poder ir com ele e esse amigo dele acabou expondo algun s que ele ficou sem graça, então é difícil quando você vai num local você tem que ir ao hospital e a ama um amigo e você fica meio sem graça, meio embaraçado, se tivesse esse profissional às veze na poderia ser evitado porque é uma coisa mais sigilosa, segredo, às vezes ele quer manter mais muitas vezes ele não consegue aí ele tem que chamar o amigo para poder auxiliar ele na consulta com o médico porque como o médico não sabe língua de sinais, então o amigo acaba tendo que auxiliar ele na comunicação e acaba ficando sem graça. **Com a palavra Lenir (Sindicato de Saúde):** O que aconteceu? Esse amigo que foi com ele além de estar morrendo de vergonha ele teve o caso dele revelado, então piorou ainda a situação, além dele estar passando por um constrangimento, onde ele morava as pessoas também conseguiu ficar sabendo o que estava acontecendo, então isso também foi à falta de respeito, foi aonde ele veio nos procurar e pedir ajuda porque ele gostaria que os profissionais de saúde eles tivessem pelo menos uma base no tratamento na diferenciação de lingas de sinais aqui em Juiz de Fora. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Como eu havia dito ao Eliandro e a Lenir, é que nesse momento é uma apresentação com a abertura da fala ao público e a gente não abre o debate, mas o que eu gostaria de propor a Mesa e a esse plenário que a gente estivesse garantindo uma pauta para que essa discussão fosse um pouco mais consistente, no sentido inclusive de assumir compromissos por parte da Secretaria Municipal de Saúde, por parte da educação, por parte da assistência, aliás, por parte de todos aqueles que fazem se envolver nessa política de estar olhando para as pessoas com deficiência, então eu já queria deliberar aqui que a gente estivesse garantindo pauta para o mês de novembro Lenir porque nós temos um calendário. Pode ser? Podemos votar Fátima? Você coloca em regime de votação? Contrários, abstenções: unânimidade. Aprovada a pauta para o mês de novembro. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria/AAPEM):** Boa noite. Só aproveitando Jorge, eu não sei se todo mundo se lembra, mas no ano de 2008 a 2009 nós tivemos uma pauta pedida pela Ouvidoria sobre a questão da inclusão das pessoas com deficiência, nós já tínhamos trago porque nós temos demandas na Ouvidoria envolvendo a dificuldade dessas pessoas de conseguirem atendimento digno, acolhedor e também integral como dispõe a lei, então a gente já trouxe essa demanda aqui e infelizmente não caminhou como a própria política de atenção a pessoa com deficiência não está caminhando no Município de Juiz de Fora, é o contrário, nós estamos só perdendo, é aparelho auditivo que demora dois anos para ser reposto, exame que não tem, centro de reabilitação fechando as portas aos poucos sem entregar prótose, então infelizmente e fizemos até uma matéria semana retrasada e eu não sei se todo mundo viu no Tribuna de Minas, e nós realmente colocamos de forma literal as nossas palavras que a pessoa com deficiência em Juiz de Fora é invisível infelizmente, e o Conselho esteve numa reunião eu e o Jorge representando o Conselho de Saúde, nós estivemos numa reunião numa plenária do Conselho da Pessoa com Deficiência e também nos comprometemos a abraçar as bandeiras e as causas desse público que é justa e necessária, e que a gente não tem mais como postergar porque é muito injusta a situação. Eu queria só fazer um adiantamento aqui do nosso relatório, hoje dia 25 nós já atendemos 529 pessoas e assim a gente caminha com muita demanda, a nossa maior demanda está voltada para assistência a saúde que é a questão das consultas especializadas que está batendo um recorde de atendimento, depois vem os exames, depois vem às questões dos medicamentos, principalmente os que estão faltando e principalmente lá do Estado que está nos causando muito desespero, bem como com os pacientes porque são medicamentos para doenças graves e de alto custo e que a grande parte da população não tem como custear de jeito nenhum, então está muito difícil mesmo, a gente está caminhando e eu falava que antigamente era o caos e o caos é agora, antigamente a gente estava vivendo melhor porque está faltando realmente tudo. Eu queria aproveitar e convidar porque eu sei que eu sai perguntando aqui, e a maioria recebeu o convite do nosso evento o mérito da saúde que é um evento que a gente já faz há sete anos, onde nós destacamos algumas pessoas que se destacaram, que foram motivo de elogio de usuários e de instituições que prestam assistência a saúde, e este ano a gente vai fazer lá no Victory Hotel na Independência em frente a Praça São Matheus, não é aquele perto do shopping, é o mais central em baixo em frente a Praça São Matheus, e nós contamos com a presença dos ilustres conselheiros porque nós teremos pessoas lá de comunidades, lideranças, e aqui no Conselho Municipal quem foi indicado foi o senhor Vicente, o senhor Vicente foi indicado pelo Conselho, e a gente fica feliz porque todo mundo sabe como todos aqui ele é um conselheiro ativo e que gosta de representar o controle social, e ele vai estar entre outras 29 pessoas, ele também vai estar entre elas e essas 29 pessoas elas são

profissionais de saúde, médico, técnico, agente, a impeza, motorista, é interessante que vocês prestigiem porque é um momento muito interessa abalho muito legal da Ouvidoria em reconhecer aqueles que as vezes passam anos se dedicando público e não tem nenhum tipo de reconhecimento de ninguém, e a Ouvidoria traz es ecimento mesmo que de forma singela para eles, muito obrigada. **Com a palavra Jorge Ramos (Se Executivo):** Hoje no CISDESTE no consórcio do SAMU na Coronel Vidal, eles estavam fazendo um ização sobre o outubro rosa, mas amanhã também haverá, então a gente recebeu da Keli qu oga lá do SAMU um convite a todos os conselheiros para que amanhã então dia 26 as 16 ssa sensibilização do outubro rosa continuará. Nós recebemos Mesa e senhores conselheiros, u nto do Coordenador de Políticas dos Direitos da Pessoa Idosa com relação a uma indicação, eu co sa discussão na reunião passada porque nós temos que indicar, e quando terminou a reunião a os procurou e manifestou o interesse de estar participando representando o Conselho no Programa de Capacitação e Reciclagem para o serviço de atendimento ao idoso de empresas do comércio de Juiz de Fora, que é objeto da lei 12771 de 21 de março de 2013, eu gostaria do referendo que a gente validasse o nome da Adelina para ser a representante. Pode ser? Todos concordam, obrigado. Justificar ausência da Adelina que não pôde estar aqui no dia 10 na reunião do orçamento. Senhores nós estamos com uma situação que é preciso, a Rita do Sindicato dos Psicólogos ela está pedindo aqui um afastamento do Conselho por um determinado período, afastamento nesse semestre, devido a problemas pessoais de saúde, o regimento assim comtempla. Eu queria só destacar que nós precisamos de um prestador e um profissional de saúde para compor a Comissão do Plano Municipal de Saúde que já começamos as nossas discussões, então já se apresentaram aqui como profissional de saúde o Bismark e como prestadora a Fátima, eu gostaria que o plenário validasse ou não. Pode ser? Contrários, abstenções: aprovado. Aos nossos conselheiros que foram eleitos para Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, a Regina não está se fazendo presente em função de que a irmã dela teve um problema de saúde e até passou mal na rua e então ela está com ela no hospital, então ela pediu para justificar porque se der ainda vem à reunião, então vão estar em Brasília no dia 28 a Regina, a Fátima, o Vanderli, o Siloé e o Daniel, foram eleitos para condição de titular e na suplência ficou o Marcelo Azalim governo, a Viviam de Santos Dumont e o William, só lembrando que tinha uma programação de vocês saírem no dia 27, mas houve uma mudança e eles vão sair o voou vai ser marcado para o dia 28 com o retorno no dia 01, então vocês chegam no dia 28 e vão voltar no dia 01. Eu não sei qual foi o resultado mais se alguém tem a notícia, hoje coincidentemente dia 25 as 14h00min os Ministros do Supremo Tribunal votariam Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5595, que suspende a emenda condicional 86 de 2015 dos artigos 2º e 3º responsável por corte de investimentos em saúde, movimentos sociais se organizam para realizar novo ato na Praça dos Três Poderes em Brasília, eu não tenho a informação de como a votação caminhou, se já terminou, mas de qualquer maneira esperamos que eles tenham consciência e elimine essa PEC, era só isso Fátima. **Com a palavra Aparecida de Fátima (Vice-Presidente da Mesa Diretora/CMS):** O primeiro tema de pauta é a mudança da sede do CMS e a Ouvidoria, com a palavra Jorge. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** O que ocorre é que a gente já vem pelejando de algum tempo com relação a nossa permanência nesse espaço, eu acho que o Conselho Municipal de Saúde tem a sua característica própria, tem as suas reuniões de várias comissões, então isso foi um espaço conquistado na administração do Dr. João Paulo Bacra, essas cadeiras são da época do Dr. João Paulo Bacra que hoje me parece que coordena o Hemominas, enfim. E para nossa surpresa mais também teremos outras notícias, nós tivemos um despacho às folhas 45, eu estou querendo fazer o registro porque parece que a gente não faz nada, e aí o despacho do senhor Secretário de Fazenda Fúvio Albertoni e ele diz o seguinte “A Secretaria de Saúde SSDEIN Subsecretaria de Execução Instrumental, fica autorizado o reajuste solicitado”. Por que o que aconteceu? Nós tivemos um momento que a gente teve que procurar o proprietário que é o Ricardo Arbex dono da Marabá, e o grande problema do Ricardo não é nem o valor do aluguel, o problema do Ricardo é pagar o condomínio para Prefeitura, é uma pessoa que tem alguns imóveis em Juiz de Fora e que o IPTU que ele paga não é pouco, nós chegamos até propor ao Fúvio que faça uma compensação financeira entre o que ele tem que pagar de IPTU que ainda vai sobrar muito dinheiro para Prefeitura e o nosso condomínio o nosso aluguel, enfim, isso não fluiu, e aí o reajuste solicitado de R$ 6.189 sendo necessário que essa Secretaria apresente alternativa de novo local com valores menores ou de um imóvel próprio do município no prazo máximo de seis meses, seis meses para nós 14/06, 14/12. Pois bem, mediante isso eu sempre disse a Secretária que nós nunca vamos querer ser problemáticos para administração, mas também não queremos problemas para o Conselho, e aí eu tomei a liberdade, eu não estou fazendo arte nenhuma, e numa reunião que eu tive com a assessora da Deputada Margarida Salomão a Cidinha, entre tantas outras emendas que a Margarida tem feito para o Município de Juiz de Fora principalmente na área da saúde onde a gente milita, e numa dessas eu brinquei com a Cidinha e foi em tom mesmo de brincadeira para ver se colocava, vai que cola, e aí eu falei “Cidinha me arruma um dinheiro para pagar o aluguel do Conselho”, ela olhou e eu falei assim “Eu sei que é obrigação do município manter o Conselho funcionando de que maneira não nos importa

com recurso do Tesouro", e dessa brincadeira aca do uma coisa séria, então nós já estamos com uma emenda que a Deputada vai fazer agora para 2018, lógico que ela pode chegar no início, pode chegar no meio do ano, enfim, ela vai fazer uma e R$ 100.000 e isso já está inclusive fechado com o Prefeito Bruno Siqueira, parece que a Margarida ontem em Juiz de Fora e ontem ela se reuniu com o Bruno, então já houve esse fechamento e a Beth e disse "Jorge não precisa debater?", eu falei "Não Beth, não tem problema nenhum", a Beth qu falando é a Secretária de Saúde, não tem problema nenhum isso já está acordado, não tem ade, aí ela me garantiu e falou "A Margarida esteve com o Prefeito, vai fazer essa emenda", e já tem um recurso garantido para mais um ano, então a princípio dantes como no quartel de Abrar ero só agradecer aqui porque fomos muito bem recepcionados pela Cidinha, e deixar aqui registra gradecimento a Deputada Margarida Salomão, então diante disso eu estou pedindo para que a ge de pauta porque a questão está equalizada. Pode ser? **Com a palavra Aparecida de Fátima (Vice-Presidente da Mesa Diretora/CMS):** Resolução SES/MG nº 5.816 de 19/07/17, Thiago Horta. **Com a palavra Thiago Horta (Subsecretário de Atenção Primária a Saúde):** Boa noite. Vai ser muito rápido, muito breve, até porque a pauta está extensa, cumprimentar a presença do Oleg Superintendente da Regional, e a Mesa Diretora do Conselho. E como é repauta, ou seja, estamos trazendo aquilo que nós apresentamos e discutiu no mês passado, com vistas inclusive ao pedido de diligência apresentado pela Mesa no que concerne a questão da carteira de serviços, eu vou tentar jogar de novo aqui na tela e é até importante e agradecendo novamente a presença aqui do Oleg, porque isso é uma pauta vinculada a uma resolução da SES/MG que é a resolução 5.816, que dentro dessa resolução que estabelece as novas formas de co-financiamento para os municípios, dentro dessa resolução tem um item lá que é a implementação a criação em primeiro lugar do grupo de trabalho para a construção e elaboração da carteira de serviços, e a própria resolução ela trás também algumas etapas para que a gente possa formalizar até o dia 31 de outubro Jorge o encaminhamento para a regional. E o que nós devemos encaminhar até o dia 31 outubro? Que é a semana que vem, então estamos no dia 25 e nós temos aí terça-feira que vem, que é exatamente o que a resolução requer dos municípios que é a criação desse grupo de trabalho, eu apresentei para vocês aqui no mês passado, eu sei que todo mundo tem uma lembrança e sabe de cor quem são os nomes que compõe aquele grupo de trabalho, é um grupo de trabalho que compõe a gestão, que compõe os trabalhadores, ou seja, aqueles que estão nas UBS, esse grupo de trabalho apresentou uma proposta que é uma proposta também requerida pela resolução da SES que é o ponto de partida, estão lembrados que eu falei isso para vocês, essa carteira de serviços ela é o ponto de partida porque nós temos até o final do ano para encaminhar a versão final dessa carteira de serviço, então nós temos aqui um compromisso Jorge e foi isso o que nós discutimos inclusive na reunião da Mesa Diretora com a repauta que é o compromisso de cumprir aqueles calendários estabelecidos pela resolução, que até o dia 31 eu tenho que remeter o grupo de trabalho constituído, tenho que remeter a ata do Conselho, eu acho difícil e aí o Jorge pode ser que dê um encaminhamento favorável a nós, de até terça-feira termos uma ata deliberando sobre essa proposta que é a carteira inicial do serviço da atenção básica. Nós combinamos aqui Jorge de apresentar de novo a carteira, mas parece que não está e deu pane, mas a carteira de serviço são aquelas que estão afixadas nas unidades, eu falei no mês passado que essa carteira de serviço com base na leitura e reflexão dessa comissão ela teve um ponto de partida que é exatamente aquilo que a gente já desenvolve nas unidades, eu dei até um exemplo no mês passado como, por exemplo, vamos colocar em todas as unidades um serviço que é o ECG e que em 16 unidades já desenvolvem nos seus processos, enfim, contudo eu fiz uma ponderação dizendo que eu também sou um apoiador de que está expandindo Joana incluindo o ECG enquanto serviço, mas nós temos que ter o pé no chão, então quando a gente fala ponto de partida significa dizer que nós estamos pactuando uma carteira, carteira de serviços é um portfolio é o menu dos serviços obrigatórios que devem ser desenvolvidas em todas as UBS, quando eu falo que é ponto de partida eu estou dizendo que aquilo que não está nas ofertas dessa carteira de serviço não significa que nunca serão desenvolvidas, significa dizer que isso é uma construção já que o grupo de trabalho permanecerá, então é nessa lógica que a gente montou uma grade, uma certeira, um menu de serviços, com o objetivo inclusive de reestabelecer um canal também de transparência entre aquelas funções, ações e serviços desenvolvidas nas UBS, até mesmo para que o Conselho Local de Saúde possa avaliar, possa fiscalizar, então a repauta trata-se disso, a repauta é reiterar e o Oleg não me deixa mentir que esse prazo não é meu e nem do Oleg, o prazo é da SES/MG, mas nós temos que mandar para o Oleg até o dia 31 de outubro o que está na resolução, o grupo constituído, a ata desse Conselho, para que até o final de dezembro a formatação e a proposta final dessa carteira onde evidentemente já testamos aqui que é uma construção permanente. Então o objetivo é deliberarmos sobre a apresentação dessa carteira de serviços, obter a ata e cumprir o prazo estabelecido pela resolução 5.816, em tempo recorde finalizo a minha explanação. A carteira de serviços por questões técnicas está afixada nas unidades, então depois eu vou me comprometer com o Jorge de fazer o impresso dela como se fosse um documento de bolso e foi à sugestão do Guido, mas será o impresso em folha A4, mas depois que for a versão final aí a gente faz aquilo que o

Guido propôs que era um guia de bolso, Guido eu o mês passado que a ideia foi tão boa que pareceu que foi minha. Obrigado. **Com a palavra mos (Secretário Executivo):** Na realidade Thiago o que aconteceu na reunião do dia 27 de s eferente a 5816 é que eu pedi diligência no processo, e a diligência também foi no sentido de administração o decreto do PMAQ e nada aconteceu, então você vai ter a oportunidade de p E o que a gente não consegue, porque é uma resolução da Secretaria de Estado da Saúde, o Ol qui Superintendente e pode até nos ajudar e contribuir com esse processo, mas a resolução pr e dita ela requer uma discussão um pouco mais profunda até porque dúvidas. Como que é a remu Como que é a avaliação? Você tem aqui parâmetros de cobertura por estratégia saúde da f stratégia em saúde bucal, nós não temos estratégia em saúde bucal, e aí você começa a ve or de repasse por mês na equipe de saúde bucal nível um, nível dois, então Thiago a gente tem um nuito grande por você, mas a gente não consegue ver consistência nesse processo, apresentar a carteira ela está apresentada, colocar a carteira na unidade ela está colocada. Mas como isso vai acontecer? Está aqui, não é uma resolução de uma ou duas laudas, é uma resolução de aproximadamente 10, 12, 15, 25, então eu pedi diligência na expectativa de que alguma coisa acontecesse e já se passou praticamente 30 dias porque foi em 27 de setembro e hoje é 25 de outubro e nós não tivemos uma discussão mais profunda sobre essa questão, senhores me perdoem mais está aqui assim parágrafo 2º, é ruim você ficar falando as coisas picadas porque aí fica incompleto, o entendimento fica ruim, mas quando você começa a ler aqui valor correspondente a equipe de saúde bucal, parece que eu estou só olhando para saúde bucal, não, é porque nós não temos saúde bucal essa é a grande verdade, tem uma ou outra unidade que faz um atendimento, a gente vai a Nossa Senhora Aparecida, você vai a São Sebastião, mas me causa uma preocupação e aí Oleg e já te fazendo uma provocação na condição de Superintendente. Como é que a gente pode pactuar uma situação agora 31? Nós podemos até aprovar, por favor, vamos ser radical, podemos até aprovar em primeira discussão porque a própria resolução ela te dá um tempo para dezembro que é a aprovação final, é isso o que está aqui. Por que não vir por parte da Secretaria ou de quem quer que seja como é que a gente vai fazer acontecer? A carteira de serviço está alí, A, B, C, D, E, F, G, H, os procedimentos estão alí e que já são feitos nas unidades, o que está se dando alí é o conhecimento do que a unidade tem que realmente ofertar, mas a resolução ela é muito mais complexa, então eu não quero colocar nenhuma dificuldade no trâmite do processo porque dinheiro já está difícil se você deixar passar nós vamos ser irresponsáveis, o que eu estou propondo abrindo a discussão eu acho que temos que ouvir outras pessoas, aproveitar a presença do Oleg e seja bem vindo ao seu retorno, então Thiago vamos fazer uma discussão mais profunda com relação ao conteúdo da resolução, e o meu encaminhamento senhores conselheiros como pedi diligência é que a gente não segure o processo, vamos deliberar em primeira discussão e aí posterior a isso a gente desencadeia um processo de discussão permanente da construção do produto final, esse é o meu encaminhamento. Pode ser? Ainda não é para votar, tem que abrir para as pessoas. **Com a palavra Joana D'arc (Fundação Amor):** Boa noite a todos. No mesmo sentido que o Jorge está falando aqui, aproveitando a data de hoje e já deixando aqui registrado que 25 de outubro comemora-se o dia do cirurgião dentista, então aqui parabenizar os amigos e colegas aqui na Mesa, nós temos aqui o Adilson. Como bem lembrou aqui o Jorge, a saúde bucal eu vejo que ela precisa ter um olhar mais carinhoso Thiago, há algum tempo Juiz de Fora vem deixando de receber recursos destinados à saúde bucal por não ter implantada efetivamente como precisa estar, e nós sabemos que a saúde sistêmica ela é uma saúde que passa pela saúde bucal, uma série de fatores que poderiam ser detectados precocemente, lesões crônicas, numa boa implantação na atenção básica da saúde bucal nós conseguimos atender, então é esse olhar que eu peço e nesse sentido eu já declaro aqui o apoio à proposta do Jorge. **Com a palavra Cosme Damião (Região Sanitária 6):** Boa noite a todos. Thiago os meus questionamentos já foram da primeira vez, e por sorte no dia seguinte eu tive uma reunião de Conselho Local da minha base, ouvi do médico, ouvi dos profissionais que estavam naquele momento, e disse praticamente nós te oferecemos tudo, eu falei a fala do Thiago vai até aí também, mas muitas das vezes os recursos humanos, principalmente com esse rodízio de recursos humanos. Aí outros pontos, eles acham mais difícil em acontecer o atendimento lá na comunidade, como você mesmo disse numa reunião da Mesa Diretora que alguns serviços estão expostos alí, mas com o tempo vamos criar, eu quero ser bem aberto com todos da seguinte forma tem bastante tempo que nós estamos aqui acreditando, me desculpa Thiago eu não estou desacreditando em você, mas hoje nós estamos, amanhã são outros, ficar na promessa e às vezes o profissional lá na ansiedade daquilo acontecer e nós usuários muito mais. Aí tive também em seguida uma reunião da regional, como algumas unidades eles nem viram, eles tinham visto Thiago a carteira de serviços no local que nós estávamos realizando a reunião do regional estava ela aí eu mostrei, por exemplo, nós temos aí Parque Guarani e que nós temos alí à situação que já tem dois ou três anos que foi acampada aquela situação Vivendas da Serra, mas Parque Guarani teria que ter 12 agentes e tem dois, então se torna Thiago e é onde que eu estou dizendo a você não é desacreditando, é preocupado o que é o forte na administração, foi da primeira vez nós já estamos aí com quase um ano novamente é a falta de recursos

humanos, e está da seguinte forma quando aquel de mais do que o outro vai lá do outro e tira e leva para lá, então esse auto rodízio também nos deixa ocupado, já declaro também o meu voto dentro da proposta do companheiro Jorge que não vamo ar, mas também Thiago não é você, eu quero parabenizar o seu trabalho porque você não tem a cofre, você depende lá da frente e às vezes você não tem esse suporte, obrigado. **Com a pala o Pereira (Região Sanitária 10):** A minha fala vai na contramão das duas primeiras falas, do Jorge e anheiro alí, eu acho excelente a carteira, primeiro o que vai na frente dela é o serviço instalado e em mento, é muito importante isso porque se alguém quiser retirar esse serviço ou deixar de exercer ele ssim dizer, a passe de tartaruga, ele fala assim "Essa carteira é testemunha que nós temos esse ele tem que continuar", então a frente da carteira é a nossa segurança, nas costas da carteira são aq ostas de serviço que está sendo encaminhada e que vai acontecer, mas não é hoje e nem amanhã epende de verba, depende do posicionamento do Governo Federal, Estadual, mas nós não podemos esquecer daquelas propostas que estão alí atrás, isso é como se fosse um encontro municipal de saúde você fala "Eu quero isso" "Nós já providenciamos, mas não aconteceu", vamos de novo no assunto, então na frente é o que já está acontecendo e que não poderá ser tirado e nas costas vai aquilo que nós discutimos, aprovado, que ainda não foi colocado, mas nós não podemos apagar a nossa mentalidade tem que estar alí em cima, portanto essa é a minha proposta e eu acho que ela não tem nenhum absurdo, é isso o que eu tinha para dizer. **Com a palavra Dr. Gilson Salomão (Sindicato dos Médicos):** A minha preocupação vai na fala do Jorge, o meu medo é que aconteça a mesma coisa que aconteceu com o PMAQ, nós estamos aí com o PMAQ que foi aprovado e levamos as discussões, fizemos não sei quantas reuniões inclusive na Sociedade de Medicina e você sabe disso, e estamos aí até hoje, a coisa agarrada lá na SARH, na Procuradoria Geral do Município, e a Fazenda o Fúvio Albertoni que no momento não define a situação inclusive eu cobrei dele, mas no momento agora ele está vendo que ele tem que arrumar uma brecha porque agora ele está dando prioridade para as negociações salariais com os trabalhadores, então a minha grande preocupação é a sua, é que isso aí venha e volte a ficar igual o PMAQ, a gente aprova, agora a minha proposta é a do Jorge vamos aprovar em primeira discussão e encaminhar para que essas discussões continuem. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Eu vou adenda a dele até porque eu me esqueci do PMAQ, eu falei do PMAQ e esqueci, vamos fazer um acordo Dr. Gilson, Thiago, porque não dá para virar o ano de 2017 sem o decreto do PMAQ, então nós já estamos dando aqui uma tolerância de desentranhar o processo, vai caminhar, mas até o dia 15 de dezembro o decreto do PMAQ tem que estar na praça, e se não estiver Thiago infelizmente não precisa nem voltar aqui porque não vai ter aprovação da carteira de serviços da resolução 5816, eu acho que não dá, é muito difícil para nós, o Guido chega aqui e fala "A carteira está colocada", isso já é existente nas unidades e ninguém está falando para desconstruir, mas o que nós não podemos fazer aqui é ser irresponsável e aprovar uma coisa que está contida na resolução e a gente não ter o produto final, pega lá a 5816 a internet hoje está lá, lê e vai ver que a coisa é muito mais complexa, então eu queria Dr. Gilson fazer esse pacto propor essa votação no encaminhamento, mas Thiago infelizmente passaram 30 dias, aliás, parece que nós estamos caminhando para um ano e seis meses com esse decreto do PMAQ, eu já nem consigo lembrar, então eu acho que o tempo já foi o senhor da razão, então eu só queria colocar um prazo no PMAQ Thiago sem te colocar numa situação difícil. **Com a palavra Thiago Horta (Subsecretário de Atenção Primária a Saúde):** Começando com uma brincadeira que é o seguinte, você vai a um restaurante e pede uma comida e você pede macarrão, aí Adilson chega o garçom e fala o seguinte "Nós não temos carne", mas eu não pedi carne, eu pedi macarrão, o que nós pautamos aqui não foi a discussão da resolução acerca do co-financiamento da atenção básica pelo Estado pela resolução 5816, o que nós pedimos na pauta foi da seguinte forma que nós tínhamos até o dia 31 de agosto para assinar no GEICOM o termo de compromisso Oleg porque se chama contrato compulsório você tem que assinar, são as regras do jogo, não é compulsório porque essa discussão foi bipartite e etc mais você tem que assinar, o que nós pedimos na reunião e o Jorge sabe eu gosto do Jorge de graça, eu estou fazendo uma brincadeira com a história porque se está cobrando algo que não é a pauta, podemos até abrir uma pauta para discutir o co-financiamento que é de nosso interesse, mas a pauta foi que nós tínhamos que enviar para Superintendência até o dia 31 de agosto a constituição do grupo e nós enviamos, que nós tínhamos que enviar para Superintendência até o dia 31 de outubro com a cópia da ata da reunião deste Conselho que aprova a proposta da carteira, foi o que apresentamos no mês passado, e temos até o dia 29 de dezembro que aprovar a carteira final que aí de novo o Guido deu uma boa sugestão que são os projetos ou propostas futuras, então essa é a pauta, este é o do porquê estamos aqui. Contudo acho de extrema relevância e oportuna a provocação do Conselho com relação ao decreto do PMAQ, tanto é que um dos maiores interessados na decretação da lei 049 é a SAPS, e fico muito feliz também que haja um movimento e um esforço para que isso ocorra, porque nós sabemos que nenhuma ação conduzida de maneira unilateral pode ter sucesso, um conjunto de interesses deve ter a participação do Sindicato, lembrando que a lei 049 teve participação importantíssima e decisiva do Sindicato dos Médicos e eu prestei os meus agradecimentos aqui em plenária, teve a participação importantíssima do Sindicato dos Servidores

Públicos o SINSERPU, agradeci naquela ocasião ial o Sindicato dos Médicos porque houve por parte do Sindicato uma espécie de consenso, uma de um passo para trás para que pudesse o projeto coletivo andar para frente, de uma sensibil ar, então eu prestei esse agradecimento em público, mas em suma o que nós estamos requere enária é que se aprove a proposta da carteira de serviços, inclusive para que possamos o município emplado com a política de co-financiamento e fazer jus ao recebimento dos recursos financeiros omente isso. Vamos fazer a discussão de toda a resolução? Vamos. Eu fiz uma brincadeira porque ão é grande, é uma resolução grossa, o que nós estamos requerendo aqui conforme o documento, so não foi você que assinou Oleg foi a Thais, o que nós estamos aqui requerendo é um ponto de ução que é extensa, vamos fazer a discussão porque é importantíssimo fazer a discussão da res mo um todo, mas esclareço o que nós estamos e estávamos lá no mês passado é meramente apres arteira de serviços para que a gente possa encaminhar até o dia 31 de outubro isso para GRS, para Superintendência. Mas dando uma notícia aqui em primeira mão, primeira mão porque eu sei que o Jorge sabe, eu sei que o Gilson sabe, porque são pessoas que estão nessa cobrança exaustiva, a Fazenda marcou uma reunião amanhã as 11h00min da manhã para discutir o decreto, a Beth me pediu para fazer um resumo porque o decreto também é um decreto extenso, me pediu para fazer um resumo, uma síntese, sobre a relevância de fazer a decretação e eu comecei o memorando dizendo o seguinte ressalta-se a relevância do decreto, tendo em vista que já o é porque caso contrário nós não teríamos promulgado uma lei, ou seja, é quase o óbvio do óbvio, aí eu coloco considerando o primeiro ponto de fazer valer uma discussão que eu estou debruçado e vocês são coparticipes disso que é o Plano Diretor, que ele se encerra no pagamento da gratificação e que a gente precisa encerrar esse ciclo para começar um novo ciclo, segundo aspecto o recurso do PMAQ que é onde paga a gratificação quando eu não pago a totalidade para as equipes porque nem todas Jorge atendeu 100%, nem todas as unidades cumpriram 100% das metas, quiséramos nós se tivéssemos cumprido, mas não cumpriu, mas a lei fala se não cumpriu essas metas o recurso, vamos supor que 50% cumpriu e 50% não. O que eu faço com a metade do dinheiro? A lei fala, está escrito na lei, retorna para investimento e custeio na atenção primária, aí eu coloquei isso na nota técnica eu falei “Fúvio é interessantíssimo isso”, porque em momentos de crise fiscal você retornar uma receita que é da União para que eu possa fazer reversão de gastos com o Tesouro é sensacional, então é mais um motivo para que a gente possa decretar, então a reunião vai ser amanhã as 11h00min já com uma sinalização da Beth, estava eu ao lado dela quando ela ligou para o Fúvio dizendo “Eu preciso que isso resolva até o dia 31 de outubro” dando uma espécie de ultimato, também é de conhecimento da Beth, da Andréia Goresck e do próprio Fúvio, o movimento feito pelo Sindicato dos Médicos, pelo SINSERPU, pelo Conselho porque eu narrei da pauta passada essa manifestação, me parece que teve uma pauta também hoje do Sindicato dos Odontólogos que também colocou isso na pauta, ou seja, eu tenho a convicção que essa reunião acontecerá sobre duas perspectivas, a primeira sobre a capacidade da Fazenda se sentir sensível a essa pauta e reconhecer que é possível trazer esse dinheiro não pago para custear a despesa do Tesouro e por assim dizer dar uma desafogada nesse momento difícil, e segundo porque também os conselhos e os Sindicatos fizeram uma cutucada, ou seja, amanhã teremos certamente Jorge uma boa notícia, e me comprometo a passar uma síntese da ata da reunião para o Conselho para que todos os conselheiros possam também estar cientes dos encaminhamentos. Com relação a manifestação da Joana relativa a saúde bucal, inclusive a lei coladinha na lei 049 que paga gratificação de desempenho do PDAPS é a lei 048 que é de 01 de junho do ano passado, que é o primeiro movimento para a implantação da estratégia da saúde bucal na equipe saúde da família, já manifestei por diversas ocasiões que o Município de Juiz de Fora do ponto de vista institucional e histórico adotou um caminho, podemos em outras oportunidades tecer críticas ou elogios, mas esse caminho que é o caminho das unidades regionais de saúde enquanto prática da chamada saúde bucal fora da atenção primária, e ela regionalizada para aquilo que se definiu como UOR as unidades regionais pode ter sido um bom caminho ou pode não ter sido um bom caminho, a gente pode tecer essas críticas e eu já manifestei inclusive algumas posições relativas a isso, mas o que importa é que esse caminho foi dotado e datado de anos aí para trás, o que culminou numa realidade que o Jorge aqui anunciou que é a ausência da equipe de saúde bucal, porque nós temos dentistas em 48 UBS, em 48 UBS ter dentistas não é igual a ter equipe de saúde bucal, tem uma diferença, então fica depositada a crítica recepciono e transmito também ao Subsecretário de Redes porque o Departamento de Saúde Bucal também é compartilhado com as Redes. Na questão Guido eu brinquei com a Samantha aqui que você está ficando bom, eu achei também espetacular a proposta, porque o que nós estamos aqui colocando como proposta de carteira de serviços na discussão que o Estado levantou a bola, é aquilo que nós temos primeiro a capacidade de desenvolver e segundo que ela se encontre em pleno exercício, porque a gente não quer colocar uma carteira numa unidade que é uma proposta, queremos colocar uma carteira de serviços que é executada, mas eu achei interessante que essa carteira também traga propostas, mas eu acho que não fixada nas unidades, mas que isso seja compartilhada Jorge do grupo de trabalho com esse Conselho, e discutamos conjuntamente quais serão esses serviços ampliados. E finalizo dizendo o seguinte, a questão de

recursos humanos, rodízio, a questão que o Cosm eu assino em baixo, não há nada que precarize o processo de trabalho as precarizações de relaçõ alho, uma coisa anda com a outra, não há processos de trabalho eficientes, eficazes, durado precarização das relações de trabalho porque processo de trabalho na atenção básica se desen as pessoas, não estamos dentro de uma relação completamente mecanizada, estamos desenvolve es, cuidados, serviços e ações, que são prestados por pessoas, ou seja, quando se consti ulos quando se há permanência do profissional a qualidade aumenta, tem-se o concurso público, nã m porque não era pauta mais um dos pontos que eu faço questão de levantar que foi o apontament Marília que é com relação a CMC que é o agente de atendimento ao público, ou seja, nós estamos ação que é a demissão dos agentes de atendimento ao público contratados para a convo concursados, e aí infelizmente deu buraco porque a convocação dos concursados tem uma r lícia que ele quando convocado tem até 30 dias para se apresentar, eu convoco o William e o William tem 29 dias e 23h59min para comparecer ao órgão que o convocou, então concordando a gente também não tem como se afastar da crítica, desorganiza o serviço, mas eu diria o seguinte Dona Marília nós montamos escalas e etc, mas eu diria o seguinte é aquela velha tese nós fomos saindo de um modelo de contratações, de contratos precários, para um modelo Gilson de efetivos, de concursados, peço como ato responsável os pedidos de desculpas com relação ao transtorno porque nós sabemos que causa, é evidente que causa, mas na certeza de que esse concursado que ingressará vinculará o serviço evitando essa rotatividade, essa contínua e descontinuidade, é o transtorno que eu reconheço, é isso. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Eu só quero me fazer entender, eu em nenhum momento falei que sou contra a carteira, é apenas o princípio da oportunidade porque nós estamos há um ano e meio aqui esperando que um decreto nasça para regulamentar o que está na lei e nada aconteceu, então o que a gente está aproveitando é a oportunidade do momento e eu fui muito claro no meu encaminhamento, não estou bloqueando aqui em primeira discussão a aprovação da carteira de serviço até porque já estão nas unidades de saúde, mas o que a gente quer fazer é uma discussão profunda porque não se tem a explicação de como você vai compor essa resolução 5816 em todos os seus aspectos, não estou falando da carteira, eu estou falando do conteúdo que está aqui dentro, então o meu encaminhamento foi nesse sentido em primeira discussão e aí sim, há um ano e meio e está chegando a dois anos. Quer que eu resgate a história? Quer que eu pegue as resoluções do Conselho que nós aprovamos? Já deu dois anos, então o que a gente está colocando é que o Conselho também não pode ser passado em brancas nuvens, então eu estou encaminhando, estou reiterando a minha fala, em primeira discussão aprova-se a carteira conforme a resolução pede e durante esse tempo nós temos que discutir o inteiro teor dessa resolução. Como é que vai ser a dinâmica? Não me pergunta agora. **Com a palavra Cosme Damião (Região Sanitária 6):** Eu fui citado na fala do companheiro que eu era contra a carteira de serviços, eu não citei isso, eu simplesmente me torno preocupado com a situação dos recursos humanos principalmente a região 6 que está com um grande número de novas construções, nós vamos receber na região de Filgueiras e Grama uma média de 3.000 a 5.000 moradores novos em breves dias, essa que é a minha preocupação. **Com a palavra Aparecida de Fátima (Vice-Presidente da Mesa Diretora/CMS):** Em regime de votação quem aprova o encaminhamento do Jorge Ramos? Contrários, 1 abstenção: aprovado. Terceiro ponto, extinção do Centro Estadual de Atenção Especializada, é o Jorge Ramos. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Nesse ponto de pauta que a gente pediu conjuntamente. Por que o que nós precisamos deixar muito claro? Nós temos hoje um serviço que funciona na ACISPES que é o Viva Vida, a gente não está falando do Mais Vida, nós estamos falando do Viva Vida criança e mulher, e temos outro que é o Centro Hiperdia que funciona na Fundação IMEPEN, tudo isso devidamente aprovado por esse plenário, não foi hoje, não foi ontem, e aí nos chega de que há uma nova proposta do Estado de Minas Gerais e por isso a gente pediu ao Oleg que estivesse conosco, a Wal já está aqui conosco há algum tempo enquanto Estado, para que pudesse clarear. Por que o que chega para nós? O Estado de Minas Gerais vai acabar com o Centro Estadual de Atenção Especializada, e vem a proposta do Centro de Especialidades Multiprofissional, está aqui eu tirei a resolução e estou lendo, eu já li, eu já reli, e aí parece que houve e estou numa hipótese, parece que houve um aceno do Município de Juiz de Fora assumir o serviço, um grande questionamento que nós fazemos é. Como é que você assume um serviço se você não tem o serviço? “Nós vamos criar o serviço”, aí você vai lendo a resolução e eu fiquei com algumas dúvidas, a resolução diz que em determinado momento você pode comprar serviços, então o que eu estou entendendo é que talvez vamos continuar do jeito que estamos, o município chama para si como é hoje e vai lá e faz uma compra de serviços com a ACISPES, faz com a Fundação IMEPEN, e dantes no quartel de Abrantes, pelo menos foi aí que eu comecei a ficar um pouco mais confuso. E por que a gente pediu Oleg? Não na condição de conselheiro mais também como Superintendente é porque precisa clarear isso, e o Centro de Especialidades Multiprofissional conforme está alí na deliberação CIB não é uma coisa muito simples, eu vou bater nessa tecla, não é chegar aqui e pegar o 2º andar da Policlínica de Benfica e transformar num Centro de Especialidades Multiprofissional com quatro especialidades, isso não é Centro de Especialidades Multiprofissional pelo menos o que está contido

alí, e eu não consegui abrir um anexo da delibera ela fala inclusive o que você tem que ter, o que não tem que ter, mas o espaço tem que existir, en série de exigências, então eu gostaria que nós tivéssemos um esclarecimento. E aí recentemente chamada pública onde o prestador se estruturou, onde a própria Secretaria se estruturou io dessa chamada pública, tem um contrato prorrogado por um período com o IMEPEN, pelo t a ACISPES, nós temos aqui o representante da ACISPES que pode nos orientar, e aí você da noit ia fala assim "O município vai assumir" e não vai, nós estamos aqui agora discutindo o problema de ue o serviço seja efetivo e que tenha continuidade e que seja prestado, e aí nós vamos ara nós uma responsabilidade que não estamos preparados, então é um dos motivos Oleg que a g para você estar até para tirar essa dúvida, com relação ao município é uma discussão muito noss cê é conselheiro então você também não pode ficar fora da discussão, mas como Superintendent gostaria de ouvir o Estado enquanto isso, em linhas gerais seria isso aí Fátima. **Com a palavra Oleg Abramov (SRS):** Boa noite a todos. É uma satisfação estar aqui de novo, estou falando mais até como Superintendente e menos como conselheiro, a Wal está aqui representando a Superintendência, e também franquiei para dividir a fala com a Prefeitura porque tem uma parte que é do Estado mais tem uma parte que é da Prefeitura, eu vou me ater mais a nossa, vamos dizer assim, as dimensões institucionais da proposta do Estado, e vou me dar aqui o direito de avançar um pouco na articulação com a Prefeitura e se eu errar em alguma coisa, o Ivan também participou muito ativamente da discussão, a gente vai se acertando aqui na fala. Em primeiro lugar eu acho que é importante só dar uma contextualizada muito rápida, eu sei que isso já deve ter sido pauta aqui em outras ocasiões, aliás, a minha última vinda aqui era para discutir se não me falha a memória um problema relacionado ao IMEPEN, mas a verdade é que nós estamos numa espécie de corrida de revezamento no âmbito da atenção especializada no nosso Estado, uma corrida que não está no ritmo que a gente queria, que a gente desejava, mas é o ritmo que o peso da crise nos permite, quer dizer em 2015 nós herdamos dois programas muito bem estruturados que é o Viva Vida e o Hiperdia, que trabalhava em duas frentes que se apontava pelas evidências a época que deveria ser objeto de concentração das ações do Governo do Estado, e percebendo que era necessário avançar no sentido de um centro de especialidades porque agora nós vamos trabalhar com a expressão médica Centro de Especialidades Médicas que é o CEM, então nesse sentido era necessário que a gente também organizasse uma transição. Existe diversidade de situações no Estado de Minas Gerais, tem lugares onde o Hiperdia está implantado, tem lugares onde o Viva Vida está implantado, e tinha lugares que não tinha nem um e nem o outro, e tinha lugares que tinha os dois, tinha lugares em que esses programas eles tinham dimensão microrregional e tinha lugares que eles tinham dimensão macrorregional, então não era uma coisa tão linear, então a estratégia do Governo do Estado foi de fazer essa transição através do CEAE, em casos que não existe o serviço se implantaria o serviço, onde já havia os dois serviços que faria e esse seria a sua unificação, uma pequena agregação de serviço essa era a proposta original, então no caso de Juiz de Fora como já havia os dois programas a estratégia nossa aqui era da sua unificação. A proposta desde o início apontava no sentido de que o desejável é que houvesse uma integração efetiva, porque inclusive o programa ele prevê que haja um espaço humanizado, que haja estratégia de acolhimento, não é simplesmente a oferta de uma consulta ou um exame ou integração entre o apoio diagnóstico com o plano de cuidado, não era só isso, era a questão de você ter realmente uma estratégia de atenção especializada, então a ideia inclusive de ter um local adequado era uma parte importante, no caso de Juiz de Fora não se identificou no primeiro momento a possibilidade de fazer essa unificação, essa integração logística, então resolveu-se manter os dois serviços, porém agora com Juiz de Fora o município sendo coordenador, inclusive com a gestão do contrato algo que inclusive até hoje nós temos ainda uma distorção no Estado e nós estamos buscando resolver e o que acaba atingindo o Mais Vida que eu vou falar adiante. Então Juiz de Fora optou e o Estado não viu nenhum problema, que na mesma lógica da transição e sabendo que aqui tinha capacidade instalada principalmente da Fundação IMEPEN que então mantivesse esses dois serviços separados mais com Juiz de Fora coordenando, agora desde o primeiro momento a gente sempre considerou isso Jorge como uma transição, nunca foi o nosso ponto de chegar do CEAE e continua sendo o nosso objetivo atingir o CEM, agora é fato que a crise econômica, enfim, todos os problemas que a gente sabe. Se a gente não está conseguindo nem pagar os que estão aqui como é que a gente agrega serviço? Então com toda essa situação a gente acabou não conseguindo avançar no ritmo que a gente queria, mas esse plano nunca saiu, nunca deixou de estar no horizonte. Então agora eu me permito entrar um pouco na seara da Prefeitura, se eu falar alguma coisa errada os colegas me corrijam, mas parece que agora a Prefeitura abre um processo de concorrência pública para fechar esse ano já apontando de que vai fazer uma articulação para ter esse serviço mais integrado ainda, nesse sentido também acontece paralelamente uma situação de ajuste contratual que o Estado precisa fazer, só para vocês entenderem até recentemente o Estado de Minas Gerais estava repassando recurso do Mais Vida diretamente para o prestador que no caso é a ACISPES, isso todos nós sabemos que não pode acontecer, isso é uma incorreção, Juiz de Fora é gestora de seus prestadores, por mais que o consórcio não tenha Juiz de Fora

como parte consorciada o serviço está implantado ta-se de um programa regional que não está vinculado necessariamente aos municípios consor ntão todos os caminhos levam a compreensão de que quem tem que ter a gestão do contrato é o Mu Juiz de Fora, então nós estamos fazendo essa correção, Juiz de Fora com muita tranquilidade inc a conversa com a ACISPES de maneira inclusive para também não fazer nenhum movimento abrup neira que parece-me que esse contrato vai até o fim do ano para manter o serviço na ACISPES do até o fim do ano até que a Prefeitura pense o que vai fazer, então essa variável também aparec ação, tem uma disposição do Estado em unificar o serviço, em ter um mesmo local, em agregar out ialidades, e Juiz de Fora a disposição de um recurso novo do Mais Vida e que agora vai ser rep ara o Fundo Municipal de Saúde com contrato na Secretaria Municipal de Saúde. Paralelamente a is ambém sobre o peso da crise, eu estive em Belo Horizonte por um período na SRAS que é a Super ia ligada ao serviço que organiza a atenção especializada, nós também entendemos que olhando para o Estado de Minas não era possível a gente manter os termos que a gente estava pensando originalmente, porque existem nos municípios muitos serviços já implantados, já em funcionamento, mas que carecem de uma integração e que, portanto a gente poderia fazer variações da proposta de acordo com a realidade territorial, ou seja, se em Juiz de Fora nós temos o Viva Vida, se em Juiz de Fora nós temos o Mais Vida, se em Juiz de Fora nós temos o Hiperdia e ainda nós temos vários outros serviços sendo prestados para região. Então por que não iniciar um processo, e aí no campo do estudo ainda, para a gente tentar através dessa integração construir o CEM? E aí nós temos uma vantagem aqui em Juiz de Fora porque o financiamento dos três programas é o maior do Estado de Minas, então o problema que seria para implantação do serviço em outros locais aqui nós sairíamos na frente, então talvez tenha que agregar algum valor mais um valor muito menor do que em regiões que não tem um dos três ou que não tem o volume do financiamento desses três, porque a nossa dimensão aqui é macro e em alguns lugares é com menos municípios, então nesse sentido ainda estamos Jorge muito no campo do estudo, da análise, da avaliação, eu acho que é um avanço fazer essa discussão porque até recentemente Juiz de Fora não tinha se colocado a disposição de ser o centro coordenador do CEM, isso aí você vai se lembrar o HU e o João Penido chegaram a fazer uma proposta e o HU ganhou a proposta, então quando o Estado num primeiro momento estava pensando em CEM na nossa região o HU acabou assumindo o protagonismo, que a Prefeitura naquele momento tinha dúvidas e agora a Prefeitura já está tendo mais alguma, vamos dizer assim, já está vendo alguma possibilidade de implantar o serviço, mas volto a dizer que ainda é muito no campo do estudo. Então respondendo a questão, inclusive me chamou atenção à forma como está na pauta extinção do CEAE, eu quero dizer com muita clareza eu acho que do ponto de vista do Estado e eu posso até te falar da Prefeitura porque nós não estamos falando de extinção do CEAE, e se isso vier a acontecer vai ser com um passo muito sólido, em cima de muito estudo, muito debate inclusive aqui, e esse momento será o momento da implantação do CEM, isso é um norte que nós estamos seguindo. Nós fizemos uma reunião ontem, então ontem antes nós fizemos uma conversa e eu estive com a Beth Jucá, com o Ivan, então o nosso encaminhamento inclusive para nós protocolarmos aqui para ficar sem dúvidas, então isso aqui é a ata da reunião de ontem, “Atualmente os serviços especializados são geridos pela Fundação IMEPEN, ACISPES e CEAE idoso, geridos no consórcio ACISPES, a Secretaria de Saúde inicialmente agradeceu a presença da Superintendência Regional para discussão da atenção especializada, o Oleg acredita que o município possua capacidade instalada para assumir enquanto serviço público próprio do município, enquanto a gestora Beth Jucá acredita ser necessário finalizar os estudos para tomada de decisões, e sinaliza que a princípio a Secretaria de Saúde poderia assumir o CEAE materno e infantil, enquanto para outros a serviços especializados haveria a necessidade de contratação de pessoal e exame de apoio e diagnóstico, o Oleg informa que não vê óbice no momento do CEAE funcionar em locais distintos, pois não existe norma proibitiva por parte da SES/MG para tal funcionamento, o que se exige é gestão única dos centros, a Secretaria de Saúde de Juiz de Fora concluirá os estudos de viabilidade e observados os ditames da lei, e não havendo capacidade instalada própria pactuará com a SES/MG a continuidade das gerências no serviço por terceiros observada a ordem de prioridade de contratação estabelecida pela lei, assim pactuou-se um cronograma pelo qual em 30 dias a Secretaria de Saúde apresentará um relatório final e conclusivo sobre os estudos de viabilidade e as funções dos CEAEs pelo município, ficou acordado ainda que será comunicado ao Conselho de Juiz de Fora o acordado nessa reunião tranquilizando os conselheiros sobre a continuidade da prestação do serviço especializado a população e municípios referenciados”, então isso aqui diz a posição dessa reunião de ontem. O que cabe a Secretaria de Estado nesse momento? É mostrar para Prefeitura de Juiz de Fora, subsidiar a Prefeitura de Juiz de Fora, para que ela tome a decisão, um dos elementos é a questão financeira, o problema da falta de irregularidade, pagamento e etc, nesse aspecto que nós estamos informando aqui hoje o Governo do Estado de Minas ele tem uma ordem de prioridade de pagamento, fazendo caixa ele paga primeiro a rede de urgência, falando no âmbito das redes, segundo paga o Pró-Hosp, terceiro paga o CEAE e o CEM, depois vem as UPAS, CAGED e etc, então nesse aspecto a garantia que a gente pode dar para o Município de Juiz de Fora é que nós vamos acompanhar

inclusive esse senário financeiro subsidiando a Pr ra que ela possa ter certeza na hora de tomar a decisão, e quero por fim também dizer só mais um único caso no Estado de Minas Gerais em que o CEAE tem dois prestadores é em Juiz de Fora, e a deixa claro que nós não estamos acelerando nem a resolução dessa situação, embora a gente o tem conselhe e oriente o município a tentar unificar o serviço, então eu vou abrir agora para conversa, e se você vai ter alguma coisa para acrescentar, eu achei que você fosse ler a ata mais a gente contin ate. **Com a palavra Ivan Chebli (Servidor Público Municipal/SS):** Boa noite a todos. Nós es tando aqui de um assunto muito importante que é a melhoria da chamada atenção especializada, a a specializada que é um dos gargalos do Sistema Único de Saúde decorrente do subfinanciamento, s terem uma noção e o Dr. Gilson com certeza sabe disso, uma consulta especializada é remune Sistema Único de Saúde para os prestadores contratados não conveniados a R$ 10,00, é claro não consegue construir linhas de cuidados e contratar prestador com esses valores, e o Estado de Minas Gerais de maneira inteligente identificou linhas de cuidado que deveriam ser priorizados para garantir essa integralidade do cuidado até o nível da especialização, pegando como clientelas prioritárias a mulher e a criança através do Viva Vida, o idoso em especial o idoso frágil através do Mais Vida, e o hipertenso, diabético e renal crônico através da linha de cuidado do Hiperdia, que agora transformadas no CEAE que é a mesma coisa, é a mesma metodologia, está mudando um pouco o acompanhamento, a sistemática remuneração, e em especial que o Oleg colocou muito bem que é descentralização que já deveria ter ocorrido há quase uma década, o Estado não pode gerir serviços, o Estado não contrata prestador de serviço, e isso desde a portaria 399 de 22 de fevereiro de 2007 Pacto Pela Saúde, que estabeleceu o comando único no prazo de um ano. Então ao arrepio da norma isso veio ocorrendo em algumas federações inclusive em Minas Gerais, o que está fazendo agora é entregar para o Município de Juiz de Fora a gestão, gestão é diferente de gerência, a gerência é a administração de uma unidade de serviço de saúde contratado ou conveniado com o SUS, a gerência do Hospital João Penido é feito pelo diretor do João Penido, a gerência do HU pelo gerente da EBSERH, a gestão do SUS é única da Beth Jucá e ela passa a ser gestora dos CEAEs que não significa que vai acabar de maneira nenhuma como o Oleg coloca, se a gente não tiver capacidade instalada e aí Jorge você que é bacharel em direito como eu sabe que é um determinante legal e que não tem como o município fugir, a constituição e as leis organizacionais da saúde determina o esgotamento da capacidade instalada própria, se nós não tivermos, e o manual de contratação do Ministério da Saúde é muito claro a respeito disso e eu já dei parecer, o jurídico concorda comigo, a procuradoria, se a gente tiver capacidade instalada nós somos obrigados a assumir o serviço, não existe espaço para o poder discricionário do gestor. Então é uma questão de primeiro a observância da lei, a questão da descentralização já está dada felizmente, o Estado de maneira a observar o Pacto Pela Saúde atendeu uma das diretrizes do Pacto da Gestão, e o Município de Juiz de Fora está fazendo estudos e eu posso afirmar que o município tem capacidade instalada já identificada para assumir uma das linhas de cuidado materna e infantil, as outras talvez necessitem de contratação, agora essa é uma decisão que não é minha, é do Prefeito, o que eu vou colaborar é com a administração municipal eu e a equipe da Secretaria de Saúde será os estudos de viabilidade, então eu prometi a Beth que em 30 dias nós vamos sentar com a regulação e com as redes assistências e vamos fazer a análise do que nós temos, do que se exige, e qual o custo para complementar eventualmente essa necessidade, muito obrigado. **Com a palavra Samantha Borchear (AAPEM/Ouvidoria):** Boa noite a todos. Eu fico muito revoltada porque essa situação quando começou com o Viva Vida, Hiperdia, já começou errado, porque desde o início Ivan o município falou que não tinha condição e eu me lembro porque eu briguei muito com isso, e começou errado e o que começa errado vocês sabem a frase final, então eu fico muito revoltada quando eu ouço agora a gestão que antes falava que não tinha condição, que tinha que contratar, que tinha que colocar na mão de prestador, que tinha que abrir seleção, falar que tem condição, eu quero saber porque pelos anos que eu tenho aqui de trabalho eu não vejo agora considerando a crise, o pessoal que está aposentando, a saúde da mulher e o instituto da criança Ivan estão fadados mesmo a acabar, é o que eu vejo todos os dias, não estão tendo condição de atender as demandas que tem, os médicos estão aposentando, não estão se qualificando para poder atender as demandas que chegam na nossa saúde pública, então eu sinceramente a groso modo não vejo que o município tem condição de acolher nenhuma das linhas de cuidad

lo menos não a curto prazo e nem a médio prazo, é uma colocação lógico sem nenhum embasamento técnico, mas a groso modo pelo o que eu vejo na Ouvidoria dos departamentos, eu não estou falando que atendem mal, mas funcionam de forma precária, que seria a princípio os lugares que vocês poderiam pensar em acolher o CEAE criança e mulher que hoje a ACISPES faz. Nós discutimos muito a questão de meta e essa história é antiga e já rendeu, e a minha preocupação é que pare o serviço, em nome do princípio da continuidade do serviço público, em nome do bom atendimento as pessoas porque eu não posso negar que os prestadores têm feito, a gente tem esse retorno aí, as pessoas têm demandas, as unidades têm dificuldades, nós nunca conseguimos identificar o porquê de fazer encaminhamento, eu sei que a gente faz direto e não é o papel da Ouvidoria mais a gente faz direto encaminhamento para os programas porque as unidades não encaminham

mesmo, o Thiago tem até um documento meu lá do e eu te mandei vários casos apontando de forma direta casos concretos que as unidades não en m para os serviços habilitados no CEAE mulher, e CEAE idoso, e CEAE Hiperdia, e eu me preocu o eu ouço essa fala aqui do Ivan e eu quero saber detalhes, eu quero ser inclusive muito participativ é uma camada da população muito importante, você falou Pacto Pela Saúde e nós temos pactuação, delineado com o Governo Federal esse grupo como grupo de atenção não privilegiada, não é o termo rupo de atenção mais prioritária. Por quê? Porque é um grupo que tem realmente na cidade e a cidade a gestão nunca encaminhou esses estudos, porque a gente não tem um mapa traçado realmente de de de perfil de população, não tem aqui na cidade isso, eu gostaria também que isso caminhasse porque voltada Oleg quando qualquer ente da federação cria uma política, um programa, um serviço, sem disc de forma planejada porque o planejamento do SUS também é um determinante legal, e não é atendi as pessoas fazem no viés político politiqueiro como foi, eu vi isso claramente o viés no início desse pr i politiqueiro, foi para agradar um e outro que quis no peito e na raça e não teve Conselho, Ouvidoria, usuário que precisava, não teve nada que barrou a vontade, e agora o negócio está tomando outros contornos, e eu me preocupo e eu vou ser contra a qualquer situação drástica de forma inusitada, de forma não programada, não planejada, não organizada, que prejudique a prestação e a continuidade do serviço ao cidadão, é isso o que queria falar, obrigada. **Com a palavra Dr. Gilson Salomão (Sindicato dos Médicos):** Eu quero tirar uma dúvida com você Oleg. Quer dizer que hoje o contrato é entre o Estado e o IMEPEN, e o Estado e a ACISPES? Porque o que eu queria saber é o seguinte, pelo o que eu estou entendo a única mudança que vai acontecer de fato é isso, vão passar a gestão para Prefeitura que vai por falta de condições de manter a possibilidade de apresentar esses serviços simplesmente ela vai terceirizar, ou seja, vai continuar o CEAE do mesmo jeito e com dois chefes, porque inclusive é uma as coisas que a gente nunca entendeu direito, nós estamos vendo o Hiperdia da Fundação IMEPEN, houve inclusive na época do Zé Laerte uma tentativa de fechar inclusive o serviço próprio da Prefeitura que era o SCHDO, houve uma pressão muito grande por parte da população e o SCHDO continuou embora sucateado porque tudo era direcionado para o Hiperdia, então o que nós estamos vendo com o passar do tempo aqui dessa proposta que foi apresentada agora, pelo andar da carruagem o que eu estou entendendo embora a Prefeitura tem colocado alí a proposta de assumir pelo menos um dos serviços que seria o Viva Vida, ele não teria condições de manter a administração o gerenciamento dos demais serviços que são prestados de forma terceirizada. **Com a palavra Ivan Chebli (Servidor Público Municipal/SS):** Na verdade Dr. Gilson a equipe avançou e já concluiu esse trabalho de avaliação de capacidade instalada faz-se a carteira de serviços do antigo Viva Vida materno e infantil, a gente tem uma capacidade e um potencial de produção, nós produzimos quatro vezes a demanda anual da linha de cuidado, então Samantha eu vou provar que nós temos capacidade instalada muito maior do que a ACISPES nessa linha de cuidado. Com relação às outras linhas de cuidado não foi feito o estudo ainda, a exigência não é grande eu vi a carteira de serviços, se dependesse de mim nós subiríamos com a maior tranquilidade, é atenção especializada linha de cuidado com protocolo definido, carteira de serviços, seria a transição de prontuário, local, aluguel, o financiamento é mais do que razoável são R$ 2.000.000 por quadrimestre, então é um recurso substancial que atiça os interesses aptíssimos mais diversos, então é esse o esclarecimento. **Com a palavra Dr. Gilson Salomão (Sindicato dos Médicos):** Então só para encerrar a minha fala, então foi importante a fala do Ivan, mas eu continuo com o meu posicionamento que no meu entender apesar da fala do companheiro Ivan Chebli, eu estou entendendo que a Prefeitura no final das contas vai assumir a gestão e vai manter a terceirização de todo o serviço, essa é a impressão que eu tenho diante do que está acontecendo. **Com a palavra Maria Madalena (AAPEM):** Boa noite a todos. O motivo da minha fala aqui e que foi bastante comtemplada na fala do Dr. Gilson, também do Dr. Ivan que é um grande profissional representante da nossa saúde com “R” maiúsculo, e os demais que estão aqui porque nós estamos aqui para a gente discutir uma saúde melhor, agora eu gostaria só de saber, eu não vou falar muito. Por que a Drª Elizabeth Jucá não está aqui presente nesse momento? Ela tinha que estar aqui presente, eu não sei qual foi o motivo, e não vamos perder as nossas esperanças porque quando nós lutamos as conquistas vem, cada um de nós aqui, o nosso Jorge Ramos também é muito importante, todos nós somos, mas tem uns que não tem mede de apanhar, bate e apanha mais está igual cachorrinho de mudança está sempre discutindo, é só isso. **Com a palavra Joana D’arc (Fundação Amor):** Boa noite a todos. Eu vou na mesma linha que a Samantha porque como o Ivan disse e está lembrando o pacto de 2006, nós temos o decreto de 2011 7508 que esse decreto ele já nos dá um “up” no pacto, os pactos que foram acordados em 2006 eles ganham um novo olhar a partir do decreto Ivan, e aí nós teríamos os contratos organizativos de ação pública de saúde que ainda não foram assinados, somente dois estados da federação assinaram, mas existe sim os espaços nas regiões para governança dos serviços porque nós vemos muitas vezes que municípios as vezes assumem mais não conseguem realizar, então nós temos que ter sim, eu vejo que da forma como aconteceu lá em 2009 foi uma forma muito vertical e arbitraria passando por cima desse Conselho, é muito importante que não haja descontinuidade do serviço porque muitos dos serviços não são para a população local de Juiz de Fora, nós temos que ver toda a população referenciada por isso que a Ouvidoria Municipal de Saúde ela é assoberbada de processos e demandas, e a Samantha teve a oportunidade de ficar por algum período como Ouvidora Regional então ela viu isso mais de perto, então nós temos que ter esse cuidado, será muito bom se o Município de Juiz de Fora puder assumir sim e não só a gestão financeira como também a gestão administrativa do serviço, mas desde que realmente garanta a assistência não só para população local, organizada, com referência e contra referência, porque não é só dar assistência tem que haver a referência e a contra referência, a continuidade, para que aquilo não vire um enxugar de gelos, nós temos que dar garantia a nossa população de saúde e qualidade começando na atenção básica Thiago, porque uma atenção básica de qualidade, uma atenção básica resolutiva, nós não vamos precisar de demanda de atenção especializada Ivan e você sabe disso, então nós temos que ter esse olhar. Nós somos aqui um Conselho que prioriza o quê? Qual é o nosso papel? Fiscalizar, organizar e dar qualidade de vida aos nossos usuários, então

eu chamo aqui para a gente ter essa reflexão, ao de Juiz de Fora é muito legal porque está chamando para si a responsabilidade que já deveria ter as nas que ele cumpra, que esse Conselho cumpra e fiscalize como é o nosso papel. **Com a palavra Ivli (Servidor Público Municipal/SS):** Com relação ao Mais Vida que também é gerido, atenção ao idos Fora não tem condições absolutas de assumir isso hoje, em especial porque a resolução SES fal serviços do centro de referência deverão constar dormitórios para acomodar os idosos que residira de 100 quilômetros e etc, não temos, está dando um parecer no processo. Sabe qual é o meu parec r a contratação da ACISPES que é um serviço de qualidade e que eu tenho certeza que é uma linh do que tem funcionado muito bem na ACISPES, não tem sentido a gente desestruturar um serviço que ionando adequadamente bem, parabéns para vocês. O Hiperdia é uma linha de cuidado que o servic de Juiz de Fora tinha de excelência quase que um departamento, o SCHDO que foi esvaziado pro ente e eu não sei o porquê, e eu acho facílimo de recuperarmos essa capacidade e é a resposta á demos no passado. **Com a palavra Alessandro Nascimento (SSRA):** Só para reforçar a fala do compromisso que a Secretária de Saúde tem, que a Elizabeth Jucá tem, o compromisso que ela tem hoje com o município é que ela sempre está visando a melhoria na qualidade da saúde e do atendimento, nós sabemos hoje da dificuldade que é para gerir saúde e não só no Município de Juiz de Fora mais em qualquer cidade, que é a questão financeira, da questão da falta de mão de obra, então junto com a nossa equipe e eu estou ingressado muito com o Ivan, hoje mesmo nós estávamos falando sobre o parecer do Mais Vida com a ACISPES porque a gente tem um prazo para poder estar formalizando um contrato, isso já está retornando para AJ para poder formalizar o contrato, foi assinado o termo de compromisso, nós já estamos marcando uma reunião com toda a equipe da Subsecretaria de Redes para fazer um estudo mais aprofundado da questão do Hiperdia, já temos o estudo como o Ivan falou da parte do eixo do Viva Vida, temos profissionais que fazem a linha de cuidado da questão da gestante de alto risco e temos também o nosso departamento da criança e do adolescente que atinge a outra parte do serviço, então dentro de todo esse estudo eu estou querendo tranquilizar todos vocês conselheiros que a Secretaria de Saúde tem intenção de assumir o serviço de forma a manter a qualidade ou como se diz como está hoje ou melhor, a gente sempre está priorizando melhorar a assistência ao usuário e como a Joana mesmo disse não só de Juiz de Fora, a gente tem toda uma macrorregião no entorno para poder estar cobrindo essa assistência também, então quanto a esse estudo da proposta da Secretaria de Saúde estar assumindo os senhores conselheiros podem ficar tranquilos, está sendo feito um estudo de uma forma tranquila, consciente e com toda responsabilidade para não haver desassistência para os usuários. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** O que nós temos ouvido durante um, dois, três, quatro anos, é que o município se encontra no limite prudencial da lei de responsabilidade fiscal, portanto não pode nem contratar os concursados, o Thiago acabou de dar aqui que tem um lapso no processo, o cidadão tem 30 dias para se apresentar e não se apresenta. E aí Oleg a palavra mais forte aqui extinção é a provocação para a gente saber realmente se vai extinguir ou não, então foi esse o objeto da nossa provocação. O grande problema que eu vejo nesse processo todo é o município porque ele não garante, não vamos nos iludir, qualquer um responsável, qualquer pessoa que vier aqui falar, ele não vai garantir recursos humanos e nem custeio, o Centro de Especialidades Médicas mais na resolução CIB continua ainda multiprofissional ele garante custeio total por conta do Estado inclusive para contratação de recursos humanos, é diferente, é uma proposta totalmente diferente, agora o município ele não consegue garantir agente comunitário de saúde nas unidades de saúde, ele não consegue garantir vinculação do profissional médico e agora tivemos aí um problema com os enfermeiros e graças a Deus caiu, mas estão nós estamos vivendo sempre no sobressalto de não garantir a efetividade de serviço, e aí você chama para você uma coisa que você não consegue colocar e comprovar que vai haver, e aí me chama atenção. E aí Oleg eu queria te fazer uma pergunta, porque me chegou aqui essa questão do financiamento do Centro Estadual, e aí até para tranquilizar juridicamente os prestadores, está aqui a ACISPES. Tem alguém do IMEPEN aqui? O que me chegou é que em 31 de dezembro, salve melhor juízo, o Estado não mais financia o Centro Estadual, eu queria que você respondesse, por favor. E aí Dr. Ivan Chebli você sabe que você tem um passado, você tem uma história dentro desse Conselho, mas no dia 23 de novembro anteontem vocês fizeram uma reunião na Secretaria de Saúde para uma pauta hoje, e aí eu começo a ler aqui a evolução e em nenhum momento, e aí Oleg é uma crítica a quem porque é deliberação CIB é gestor, mas não fala da participação dos conselhos na discussão, mas aqui é gestão plena porque aqui amanhã os senhores vão aprovar ou não o relatório anual de gestão, amanhã ou depois os senhores vão aprovar o relatório quadrimestral, esse Conselho acabou de aprovar um plano plurianual, acabou de aprovar a programação, acabou de aprovar uma lei de diretrizes orçamentárias e uma lei orçamentária, e aqui nós estamos trabalhando com o financeiro também, então é o mínimo, e aí Dr. Ivan com o devido respeito e você sabe que eu te admiro de graça, pelo qual em 30 dias a Secretaria de Saúde e a Prefeitura apresentará um relatório final e conclusivo sobre o estudo de viabilidade de assunção do Centro Estadual de Atenção Especializada pelo município, ficou acordado que ainda será comunicado, não será colocado sobre a deliberação do Conselho, está escrito aqui eles vão nos comunicar que tomou essa decisão, não vai ser assim, eu acho que nós temos que fazer uma discussão mais profunda porque o prestador e o usuário são os nossos clientes também. E aí nós vamos fazer o que com isso? Então me perdoa, mas eu acho que a gente precisa fazer uma discussão mais profunda, e a minha preocupação Oleg e eu queria que você deixasse para nós gravado é que se realmente haverá ou não a interrupção do financiamento, e a provocação foi nessa linha de fazer justamente isso e tentar provocar aqui. Então eu só queria deixar um encaminhamento para abrir uma discussão conosco, abre uma discussão com o Conselho, o que não pode é chegar aqui no dia, veja bem senhores, o prazo de 30 dias, a reunião foi segunda-feira anteontem, 23 de dezembro de 2017 antevéspera do natal, desculpa é outubro, novembro, e mais um agravante vamos caminhar pelo aspecto legal da coisa, quando chegamos em novembro e pode me corrigir se eu estiver errado começamos a ter um processo de encerramento de exercício, e aí eu não vi essa proposta na Programação Anual de Saúde nem para 2018 e nem

para 2017, então se a máxima é dizer que aquilo está contido nos instrumentos de planejamento não pode ser executado isso aqui não pode acontece ficar da maneira que está até que a gente construa um processo mais consistente, mais seguro juric para todos nós, porque o grande cliente nosso é o usuário, eu fui muito crítico da ACISPES, Ivan vc a oportunidade, eu fui muito crítico não da agência mais do consórcio numa época, mas começamc nder como é que era a lógica, começamos a ver o quanto contribuiu na questão da oftalmologia, en abrando senhores é referência o Mais Vida é 94 e o Viva Via é 37 municípios, não é só o Município de ora que faz uso do serviço até porque o Oleg já disse ele não é nem consorciado, ele compra serviço e erviço através de uma modalidade de uma chamada pública através de um processo, vamos ser since avor, Alessandro, existe um passível com a ACISPES de R$ 131,000 pela realização da aplicação do com colírio desde de abril que não paga mandado judicial, foi aberto uma chamada pública especifi para o cumprimento de mandado judicial referente a aplicação do intravítrea, veja como nós estamos a sensibilidade financeira muito grande. E esse recurso do pagamento é recurso que vem de onde, é do T do Estado, é do Governo Federal? Então eu gostaria Dr. Ivan e o senhor vai ter a oportunidade de falar, Fátima o Ivan pediu a palavra, e o Oleg também vai ter que falar, mas de qualquer maneira eu acho que isso aqui não pode ser de afogadilho, não pode ser uma coisa sodada. 31 de dezembro tem esse marco Oleg? Te agradeço, obrigado. **Com a palavra Oleg Abramov (SRS):** Eu vou ser mais didático e pontual nessa segunda fala para não ter dúvidas, vamos ter clareza, em primeiro lugar o objetivo da Secretaria de Estado da Saúde para atenção especializada é implantar o CEM, é messe sentido que nós estamos caminhando, desde 2015 nós estamos fazendo essa discussão aqui em Juiz de Fora e num primeiro momento o município não quis, você senta o coordenador, nós fizemos uma discussão com outros atores e o HU assumiu isso naquele momento, não paramos essa discussão desde 2015. Qual é o fato novo? O fato novo é que nós entendendo o peso da crise estamos dispostos a flexibilizar a metodologia de implantação do CEM, considerando serviços já instalados e recursos já disponíveis, então se a gente somar isso com o recurso do PPI que já é previsto e outras modalidades de ações de gestão que já eram previstas na resolução, nós vemos que é mais possível à implantação desse serviço em Juiz de Fora, o Ivan falou, por exemplo, um dado se a gente somar o Mais Vida, o Viva Vida e o Hiperdia ou os dois componentes do CEAE materno e infantil e hipertensão e diabetes, nós temos entorno de R$ 2.700.000 anual só desse tipo de incentivo a disposição de Juiz de Fora. O que acontece? O que a gente percebe de imediato? Que se você desconsiderar a área meio que é replicada três vezes você já tem uma sobra de recurso considerável, imagina o administrativo de três prestadores, imagina a conta de luz de três prestadores, imagina o IPTU de três prestadores, se você somar isso tudo o quanto de serviço nós podemos produzir se a gente conseguir integrar, essa é a fórmula que nós estamos apontando, agora que obviamente a Prefeitura vai se debruçar e ver a viabilidade. O Dr. Gilson falou da questão da modalidade do contrato, o CEAE o contrato é Prefeitura prestador, só o Mais Vida que até agora até recentemente acesso contratualizado diretamente com o prestador, o que era uma incorreção e que nós estamos ajustando, todo o recurso vai ser repassado para o Município de Juiz de Fora, portanto ele passa a ser o gestor dos R$ 2.700.000. E aí quem vai executar o serviço? Cabe a Prefeitura em diálogo com o Conselho das maneiras, com os estudos que achar mais necessário, como que vai ser executado esse serviço, então vai fazer chamada pública, vai ele próprio prestar o serviço, por aí em diante é a questão que a Prefeitura resolver, agora o mais importante de tudo para ficar muito claro, em nenhum momento se fala em extinção do CEAE, se a gente não chegar no CEM o CEAE continua, no final do ano o CEAE continua, o ano que vem o CEAE continua, o CEAE só deixa de existir se o CEM for implantado agregando o serviço. **Com a palavra Ivan Chebli (Servidor Público Municipal/SS):** Só esclarecendo, primeiro que essa discussão não é recente, não foi feita ontem, tem anos que ela tem sido feita nessa cidade, só eu tenho participado há três ou mais meses junto ao Estado em reuniões lá em Belo Horizonte na Secretaria de Saúde com a equipe da Subsecretaria de Redes Assistências. Agora Jorge a participação social e o controle social, eu sou fundador desse Conselho, eu fui conselheiro em vários mandatos, estou dando curso para os conselheiros dessa região Centro-Sul sexta-feira sobre fiscalização, monitoramento e controle das finanças públicas, o meu parecer vai ser unicamente balizado pela lei que determina a impossibilidade do poder público para repassar a terceiros se ele tiver capacidade instalada, e o estudo da tipologia de serviço exigida e daquilo que a gente eventualmente vem agregar e eu vou passar para a gestora. Esse assunto vai passar pelo Conselho de Saúde? Eu não sei vai depender da gestora, porque a deliberação CIB, você deve ter ela, não fala que tem que passar pelo Conselho de Saúde, como é um serviço da região de saúde tem que passar é pelos órgãos colegiados de gestão do SUS, a saber, CIR e CIRA. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Mas a política acontece aqui no Município de Juiz de Fora. Então o que nós estamos fazendo aqui? Vamos embora para casa e não precisamos mais reunir o Conselho, me desculpe Ivan eu te respeito e você sabe muito bem, mas se não tem, se nós não somos importantes na discussão. Aliás, você acha que o gestor vai fazer uma deliberação incluindo o Conselho? Comissão Intergestora Bipartite resolução SES, a CIB delibera e vai para Secretaria e aí é uma resolução SES homologada pelo Secretário que nem fica lá fica na Rua Rio de Janeiro, eu acho que vocês tem que respeitar o Conselho porque se for para ir para um embate para desqualificar o nosso trabalho, então eu acho que a gente não precisa mais ficar aqui debatendo Ivan, me desculpa, você está fazendo defesa, nós não temos garantia de recursos humanos no município, não tem, Ivan vocês querem tirar de hoje um serviço que é a questão materna e infantil, está alí na ata não sou eu que estou dizendo, acha que tem capacidade prove para o Conselho, veja a grande dificuldade, me desculpa, mas não é para encerrar essa discussão assim porque tem que ir embora para casa, mas nós achamos que temos, nós não podemos achar que temos nós temos que ter certeza, nós queremos receber aqui a certeza de que o município vai assumir com efetividade, porque não adianta depois chegar e falar que não tem como prestar serviço porque está no limite prudencial da lei de responsabilidade fiscal, e tirar daqui e colocar para cá não é ampliar serviço. Você vai levar materno e infantil para onde? Para dentro do Departamento de Criança e Adolescente, é essa a proposta? Eu gostaria de ouvir. Onde vai ter o atendimento materno e infantil?

Vai ser onde? Vai ser mulher junto com a criança scente? Como é que vai ser isso, materno e infantil? Eu acho que nem cabe alí, eu quero estar equivo ão prova para nós que há efetividade e a garantia do serviço, e agora o Oleg me tranquiliza quando a e tem afiançado pelo Superintendente do Estado de Minas Gerais de que a gente não terá a interrup rviço em 31 de dezembro, essa era a minha grande preocupação, e aí Ivan a gente ainda está se furt orir uma discussão para que o Conselho na hora que votar não cometa o mesmo erro que nós comet 2005, da qual eu participei e muitos que estão aqui participaram, como concordando com o Prefeito ejani de fechar aquele hospital de regulação, foi um grande equívoco da nossa parte, com uma prome e lá no Hospital de Pronto Socorro a antiga COTREL tudo seria uma maravilha, e foi a toque de caix e estão aqui há mais tempo presenciaram isso em fevereiro de 2005 estava transferindo o Hospita Geraldo Teixeira para o prédio da COTREL, fomos enganados, mas fomos na confiança de uma pes estava a frente dele o Dr. Agenor Barbosa Lawall um homem sério, um Secretário como a Beth Jucá a Secretária muito séria porque tudo o que ela tem pactuado conosco ela tem cumprido na medida d po, então quando ela me ligou e falou da questão do aluguel a gente na mesma hora relevou, agora o que a gente gostaria é de ter a certeza para dizer a população "Você não vai ficar desassistida, vocês não vão ter perda", é isso o que a população quer, agora pura e simplesmente por uma questão meramente financeira para eu ser o gestor de um processo, não é por aí. Então Ivan eu peço aqui desculpa, eu te respeito muito e você sabe que você tem um crédito aqui no Conselho, mas nós gostaríamos de abrir a discussão, e comunicar ao Conselho, nós não queremos ser comunicados, nós queremos estar participando e decidir, até porque se vocês não se lembram o Viva Vida começa lá quando o Marcos Pestana era Secretário, o Eugênio Vilaça, o Hospital Universitário, o Otávio era o Secretário de Saúde, aí jogaram uma gases lá no chão do HPS e mandaram ele embora por telefone da noite para o dia, essa era a política, e aí o Otávio disse assim e quero que fique gravado "Secretário Marcos Pestana estou tomando conhecimento dessa proposta agora, me dê mais um tempo para eu poder pensar", eu estava do lado dele "E levaria ao Conselho", então isso não é novidade também essa questão, mas o que a gente quer é que o Conselho decida porque o Jorge vai embora, o Oleg vai embora, o Alessandro vai embora, nós vamos embora, mas o Conselho vai ficar, o Conselho é permanente, e as suas decisões tem que ser respeitadas. Quer ver um problema? Vocês se lembram de quando nós decidimos aqui que seriam 14 consultas mais 2, 12 mais 4? Se lembram? Aí a Maria Helena Leal naquela época e esse é o nosso rito, inclusive depois eu preciso conversar com você o negócio de especialidade lá do João Felício, a Maria Helena Leal não quis homologar a resolução Oleg. Qual é o nosso regimento? A gente traz ao plenário, tranca a pauta, não se discute mais nada e o plenário homologa ou não, mas ela tinha que fazer uma exposição de motivos, ela não fez, nós homologamos e remetemos para, é assim que diz, para o Ministério Público para poder se justificar, está pagando por um crime que não cometeu, então o tempo ele vai acontecendo Ivan e amanhã nós podemos ser responsabilizados porque eles não estão pegando a Regina como Presidente, eles vão agora no conjunto, então Ivan eu te respeito, eu só gostaria que você e o Alessandro intermediar essa aproximação nossa para discussão, envolver os prestadores porque eu estou vendo aqui a ACISPES, chamar o IMEPEN, quando você fala o resgate do Centro Hiperdia Ivan do nosso SCHDO foi aqui nessa mesa, o SCHDO só não deixou de existir porque nós fincamos o pé aqui e falamos que ele não ia acabar, mas simplesmente também eu dei nele uma estagnada, o SCHDO não pode abrir mais serviço ele não tem capacidade instalada para absorver mais ninguém, eu acabei de falar que nós temos um grande problema que é recursos humanos e foi perdendo profissional e os profissionais não foram repostos, então Thiago você viu o que aconteceu estourou na sua mão um problema da Maria Helena Leal de 2012, e que ele vai ter que responder e explicar que jacaré não é pato mais gosta de água. **Com a palavra Ivan Chebli (Servidor Público Municipal/SS):** Último esclarecimento sobre esse assunto, os conselheiros de saúde tem o dever de saber o que é credenciamento, habilitação e credenciamento de serviços de saúde, para não cair em confusão conceitual, habilitação e credenciamento são atividades típicas da gestão do SUS que observando as normas, portarias, RDC da ANVISA e etc, vê se o prestador tem condição de ser contratado, publica uma portaria ou uma resolução definindo só aquele prestador pode ser contratado, então isso não passa pelos conselhos de saúde que não tem um corpo de Vigilância Sanitária para ir lá no prestador de serviço para fazer o papel que a Vigilância Sanitária faz, é diferente Regina. Jorge com relação aos instrumentos de planejamento da gestão do SUS, aí o Jorge tem razão, qualquer alteração na Programação Anual da Saúde, na Lei Orçamentária, na LDO, no PPA, tem que passar pelo Conselho de Saúde, se algum dia a Secretaria Municipal de Saúde incluir como programa seu um desses CEAEs ela tem que submeter essa programação ao Conselho de Saúde. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Ivan aqui a gente não está estabelecendo, me perdoa, eu não estou polemizando a discussão, mas nós não estamos estabelecendo um campo de guerra, nós estamos discutindo na questão das ideias, nós estamos discutindo que o Conselho tem um papel fundamental no seu caráter deliberativo das políticas que acontecem no nosso município, se nós abrirmos mão de uma prerrogativa legal estabelecida na lei 8.142 aonde vem um decreto 7.508 que regula a lei 8080, Ivan, por favor, eu acho que é simplesmente desqualificar um trabalho que a gente vem fazendo ao longo dos anos, aí a gente realmente perde todo o ânimo pela coisa, você dizer que necessariamente isso não tem que passar pelo Conselho porque são decisões que já vem de cima, muita coisa que mudou foi porque o Conselho colocou o seu dedo, muita coisa que tomou outros rumos foi porque o Conselho percebeu o que ia acontecer, Ivan eu estou em Juiz de Fora e sou conselheiro municipal de saúde, não sou mais conselheiro estadual de saúde, não me quero no Estado, não tem problema nenhum fico aqui no meu reduto, mas enquanto eu for conselheiro municipal e Secretário Executivo eu me sinto na obrigação de ser guardião de um processo porque as coisas estão aqui dentro, e amanhã, o Thiago me pediu uma informação e você teve a informação a pronto e a hora com relação à questão da homologação pela Maria Helena, eu mandei tudo para ele Oleg toda a documentação. Sou polêmico? Sou, fomos para rede de urgência e emergência e debatemos mais construímos, amanhã você vai estar aqui conosco de novo tipologia dos hospitais, então são quase 21h00min da noite e nós estamos aqui em um debate rico e saudável para

construir, agora simplesmente ignorar que nós s me perdoa mais aí eu não concordo. O meu encaminhamento é no sentido Fátima e senhores eiros, Ivan nós queríamos a compreensão porque se não abrir o diálogo a gente faz igual o Felipe fala Presidente do Conselho "Pisa no pé e vira inimigo", porque nós queremos abrir o diálogo, nós quere er chegar para o prestador, a Luciana da Fundação IMEPEN me ligou "Como é que fica?", nós temos ssa segurança porque eles ligam para nós enquanto Conselho e diz "Qual foi à posição do Conselho te não vai fazer igual Pilatos, nós vamos chamar a discussão sim Vanderli nós queremos, o Ivan e estão aqui, o Alessandro, por favor, não estamos dizendo a vocês que são meninos de recado, nó os que vocês sejam os nossos interlocutores junto à administração da Secretária Beth Jucá, porque emos estar discutindo sim como vai ser a vida das pessoas que usam o serviço, nós queremos discu melhor assim vai ficar assim, se não for vamos partir para o centro, porque na proposta do centro ela posta boa e é uma coisa consistente que o cidadão entra alí e vai ter a sua assistência, não fica pinga í você tem que amarrar junto com a atenção primária, então nós queremos discutir ou é para discutir então não vamos fazer mais nada aqui, aí vamos fechar o Conselho, não pode, vamos suspender as deliberações, não pode, mas se não tem que passar pelo Conselho, então nós queremos sim, nós gostaríamos de estar solicitando a Secretária que abrisse a discussão com o Conselho, e talvez Ivan antes de findar os 30 dias o 23 de novembro que a gente pudesse estar fazendo uma reunião extraordinária de uma pré-proposta para poder apresentar, eu gostaria que a gente o meu encaminhamento é que a discussão se abra junto ao Conselho entre a Secretaria, entre o Estado, eu não estou desqualificando o trabalho, nós não fomos parte, nós queremos é estar inseridos no processo de discussão, muito obrigado. **Com a palavra Aparecida de Fátima (Vice-Presidente da Mesa Diretora/CMS):** Em regime de votação quem aprova o encaminhamento do senhor Jorge? Contrários, abstenções: aprovado. **Com a palavra Ivan Chebli (Servidor Público Municipal/SS):** Nós vamos fazer uma oficina de implementação da Rede Cegonha uma das prioridades do Pacto pela Vida, e nós estamos convidando a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde e mais alguns conselheiros que você queira convidar, vai ser lá no auditório da Vigilância em Saúde no dia 10/11 das 09h00min as 12h00min, com a presença eu espero do nosso Superintendente Regional de Saúde e do grupo condutor da Rede Cegonha regional, dia 10 de 09h00min as 12h00min, abertura oficial as 09h00min no auditório da Vigilância em Saúde, para vocês verem o amor que eu tenho por esse Conselho. **Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde/Juiz de Fora. Transcrição: Vanessa Souza de Castro.**